

• Constituinte

REGULAMENTAÇÃO

Planalto se mobiliza para a sucessão do presidente da Câmara

Inviabilizada a reeleição do deputado Ulysses Guimarães pela Constituinte, o Palácio do Planalto começa a articular uma candidatura à presidência da Câmara para a eleição de fevereiro do ano que vem, que será o substituto eventual do presidente José Sarney. São candidaturas fortes dentro do Palácio do Planalto a do ministro da Habitação e Bem-Estar Social, Prisco Vianna, e do deputado Luís Henrique, ex-ministro da Ciência e Tecnologia, que foi lembrado na terça-feira pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, depois de uma conversa com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, de acordo com a Agência Globo.

Enquanto houve perspectiva de o deputado Ulysses Guimarães reeleger-se na presidência da Câmara, o governo colocou-se fora da disputa, por considerá-lo imbatível. Enquanto isso, o deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), em campanha já há mais de um ano, avançou pontos. Ele tentou uma aproximação com o

presidente Sarney, através do assessor especial Thales Ramalho. Explicou sua posição histórica em favor do parlamentarismo mas, ao votar pelo mandato presidencial de quatro anos, tornou impossível o apoio do governo a sua campanha. Paes de Andrade pretendia obter pelo menos a neutralidade do Palácio para vencer a disputa.

SUBSTITUTO DO PRESIDENTE

Aliados do governo, no entanto, como o líder do PFL, deputado José Lourenço, afirmam ser impossível seu partido apoiar a candidatura Paes de Andrade. Afinal, lembrou Lourenço, durante a Constituinte, sistematicamente, Paes de Andrade votou contra o governo. E, na presidência da Câmara, seria o substituto eventual do presidente Sarney. Há políticos ligados ao presidente que identificam, ainda, restrições dos militares à candidatura do deputado do Ceará.

DIAP mostra no próximo dia 4 as notas dos constituintes

por Cláudio Kuck de Brasília

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) faz festa dia 4 de outubro no Congresso, para lançar o "Quem foi Quem na Constituinte". E um livro de 632 páginas com análise completa de como cada parlamentar se posicionou diante dos principais temas da Constituição, além de notas de zero a dez quanto aos votos dados nas questões de maior interesse dos sindicatos e trabalhadores.

Os telefones do DIAP não param de tocar. São constituintes aflitos querendo saber sua nota, principalmente os que são candidatos a prefeito e vão enfrentar o eleitorado agora. O DIAP procura manter em segredo, por enquanto, as notas finais, mas sabe-se que há muitas surpresas.

O senador Fernando Henrique Cardoso do PSDB, por exemplo, ficou com cinco — nota mínima para aprovação —, enquanto seu colega Mário Covas alcançou 6,25 e o candidato a perfeito de Porto Alegre pelo PMDB, deputado Antônio Britto, teve 5,5. Já a deputada Wilma Maia, candidata em Natal, obteve 9,75 e a deputada Myriam Portella, que concorre em Teresina, ficou com nove. E as duas são do PDS.

O interesse pelo "Quem foi Quem na Constituinte" é tão grande que, embora ele ainda esteja no prelo, foi uma das obras mais vendidas na recente Bienal do Livro de São Paulo com setecentas encomendas para uma tiragem inicial de 3 mil. As reservas feitas não são apenas de entidades sindicais, mas também de universidades, empresas privadas como a Souza Cruz e Rhodia, de pesquisas e, é claro, de parlamentares. Afinal, cada um deles mereceu uma página do livro, onde há uma foto, dados pessoais, cargos, votos, ausência, notas e uma análise política final. Tudo feito com a ajuda de computadores e coordenado pelo diretor-técnico do DIAP, Ulysses Riedel de Resende,

O "lobby" trabalhista

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) é mantido por 440 entidades sindicais filiadas e tem a função de assessorar os trabalhadores no Congresso, tendo-se fortalecido muito durante a Constituinte. O DIAP conta com técnicos legislativos que conhecem a fundo o regimento e o funcionamento da Câmara e do Senado, tendo se tornado um autêntico "lobby" sindical no Congresso.

Agora, o plano do DIAP é

e o assessor Antônio Augusto de Queiroz.

A idéia das notas surgiu antes das eleições de 1986, quando o DIAP pesquisou e divulgou como os deputados federais candidatos à reeleição votaram os decretos modificando a política salarial em 1983 e depois a emenda das diretas do deputado Dante de Oliveira e na eleição de Tancredo Neves. "Foi um sucesso porque constatamos que 85% dos que foram reprovados nas notas que demos não se reelegeram", comentou Antônio Augusto de Queiroz, explicando que as pesquisas foram divulgadas na época por 7 mil entidades sindicais em todo o País.

O sistema de notas foi repetido no primeiro turno da Constituinte e a divulgação causou problemas. "Um deputado catarinense tentou discursar em reunião sindical em Joinville, mas foi impedido pelas vaias devido a sua nota quatro, acabou pedindo desculpas e prometendo mudar seus votos no segundo turno, o que acabou acontecendo", disse o diretor do DIAP. A pressão realmente é grande, tanto que esta semana a deputada Raquel Candido, candidata pelo PDT à prefeitura de Porto Velho, ligou aflita para o DIAP perguntando a sua nota, porque já estavam usando o tema na campanha contra ela em Rondônia. Ficou

criar escritórios estaduais, quando o projeto do "Quem foi Quem" será ampliado, com o acompanhamento dos trabalhos dos deputados estaduais que também receberão notas. O mesmo processo deve ser estendido às câmaras de vereadores das capitais. Atualmente, o DIAP tem funcionários também na Bahia, no Paraná e no Rio Grande do Sul. O Departamento ainda publica um jornal distribuído para 7.600 entidades sindicais de todo o País.

mais aliviada quando soube que recebeu 7,75, tendo segundo os critérios do DIAP votado em apenas uma questão "contra os trabalhadores", na estabilidade. Mas perdeu pontos por causa de quatro ausências em votações básicas.

Os dez itens que tiveram nota do DIAP no segundo turno foram: estabilidade, jornada de 40 horas, turno de seis horas, prescrição após cinco anos, direito de greve, aviso prévio proporcional, estabilidade do dirigente sindical, sindicato como substituto processual, participação dos trabalhadores nos órgãos de seu interesse e auto-aplicabilidade dos direitos sociais. Todos com valor um, sendo que no primeiro turno alguns temas tiveram peso maior, como a estabilidade que valia 1,5.

A nota cinco de Fernando Henrique Cardoso se explica, segundo os critérios do DIAP, por ele ter votado contra a estabilidade nos dois turnos e ter faltado a oito votações importantes. O senador Mário Covas votou contra a estabilidade duas vezes, a jornada de 40 horas, mas como teve só duas ausências ficou com nota maior: 6,25.

Pelas notas do DIAP os constituintes foram reprovados, pois a média dos 559 ficou abaixo de cinco: 4,69. A média maior foi dos 11 parlamentares do Distrito Federal: 6,86. Depois

colocaram-se Espírito Santo com 6,35; Rio Grande do Sul com 6,34; Rio de Janeiro com 6,08 e São Paulo com 5,77. No último lugar ficou Sergipe com 2,89, onde apenas 2 dos 11 constituintes foram aprovados. Com menos de um ficaram 101 parlamentares, muitos com zero como o deputado Afif Domingos e o senador Roberto Campos. Com dez o DIAP "premiou" 62, como o deputado do PT, Luiz Ignácio Lula da Silva.

O senador Albano Franco, presidente da CNI, saiu-se com 0,5, enquanto o deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS) ficou com 0,75 e o líder do PDS, deputado Amaral Neto conseguiu 1,75. A deputada Sandra Cavalcanti ficou com quatro, enquanto entre o casal Camata, a deputada Rita ficou com 8,25 e o senador Gerson Camata com 7,5.

A festa do "Quem foi Quem" no próximo dia 4 terá a presença do DIAP, DIEESE, Centrais Sindicais e dos deputados Ulysses Guimarães (sem nota porque se absteve sempre) e Bernardo Cabral, com o relator da Constituinte recebendo a nota 5,5. Pelos critérios do DIAP foi aprovado por pouco.

O livro é editado pela Oboré Editorial e Editora Cortez ao preço de 2,5 OTN.

REFORMA AGRÁRIA

UDR retribui apoio parlamentar

Os 500 mil associados da União Democrática Ruralista (UDR) vão engajar-se nas campanhas dos candidatos a vereadores e prefeitos apoiados pelos 288 constituintes que votaram a favor da propriedade produtiva, nas votações de primeiro e segundo turnos da Assembleia, informou a Agência Globo. Os produtores da entidade vão oferecer toda infra-estrutura de uma campanha, como carros, combustível, arroz, boi e também ajuda financeira.

Ministro acha pouco CZ\$ 670 milhões para criar STJ e novos tribunais

por Miriam Lombardo do Rio

Um melhor desempenho da Justiça brasileira no futuro não dependerá somente da implantação das alterações previstas na futura Carta constitucional, mas da estrutura que for dada a esta Justiça. Este pensamento foi revelado na última terça-feira pelo presidente do TFR, ministro Evandro Gueiros Leite, ao comentar a transformação daquela corte em STJ.

Gueiros Leite manifestou também certa preocupação com o volume de recursos financeiros colocados à disposição no momento, para que o TFR promova as alterações necessárias para sua transformação em STJ e cumpra seus demais compromissos. De acordo com dados do TFR, dos 17 bilhões de cruzados solicitados pelo Tribunal para promover a implantação dos cinco tribunais regionais federais previstos pela futura Constituição, e realizar as adaptações necessárias para a transformação do TFR em STJ, apenas 670 milhões de cruzados foram liberados pelo Ministério do Planejamento. Dos 17 bilhões solicitados, 8 bilhões seriam utilizados para iniciar as obras de construção de um novo prédio para abrigar o STJ.

O ministro Gueiros Leite acredita que os recursos necessários para a implantação dos futuros tribunais serão colocados à disposição da Justiça tão logo o controle do orçamento passe para as mãos do Congresso Nacional.

O presidente do TFR comentou também as novas atribuições que aquela corte terá quando for transformada em Superior Tribunal de Justiça. Segundo ele, a principal função do STJ será a de uniformizar a jurisprudência em torno das leis federais. "O STJ será uma corte nacional", afirmou Gueiros Leite ao explicar que, com a transferência destas funções ao STJ, o Superior Tribunal Federal se tornará, basicamente, uma corte constitucional.

O mandado de injunção,

criação da nova Constituição que tem sido motivo de muita polêmica entre os juristas, também foi comentado pelo presidente do TFR. Segundo ele, alguns membros da Justiça brasileira já estão apresentando sugestões para viabilizar o mais rápido possível a aplicação do novo instrumento. Uma delas é a de se adaptar às normas utilizadas para a aplicação do mandado de segurança para o mandado de injunção.

REDAÇÃO

Sugestões de Cabral podem ser rejeitadas

Nenhuma das sugestões feitas pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) para suprir as omissões da nova Constituição deverá ser acatada pela Comissão de Redação, impedida de alterar o mérito do que foi aprovado em plenário. Na prática, as imperfeições do texto significam, por exemplo, que o presidente da República, o vice-presidente e os ministros de Estado estão isentos do pagamento do Imposto de Renda, bem como a remissão para a interpretação do Supremo Tribunal Federal, da aplicação imediata da limitação em 12% reais dos juros bancários, informa a Agência Globo.

Essas duas questões fazem parte do diagnóstico feito por Cabral, que na apresentação do Trabalho da Relatoria, que está sendo encaminhado à Comissão de Redação, enumera as lacunas e dubiedades do texto aprovado pelo plenário. A relatoria não chegou a processar nenhuma alteração na expectativa de que este trabalho fosse realizado pela Comissão de Redação. Mas, terça-feira, um dos co-presidentes da comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), disse que a comissão não tem poderes para aditar ao texto nenhuma correção que interfira no mérito do que foi aprovado.